

O Executivo é quem manda

MAURO SILVEIRA

Um conjunto de regras instituídas a partir de 1964 e mantidas pela Constituição de 1988 será o maior obstáculo para que o deputado Luís Eduardo Magalhães consiga reduzir a influência do Executivo no Congresso. A avaliação é da cientista política Argelina Cheibub Figueiredo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que, juntamente com seu colega Fernando Limongi, da Universidade de São Paulo (USP), faz um estudo sobre o desempenho do Congresso para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Argelina constatou que, de 1988 a 1994, 85% dos projetos aprovados foram enviados pelo Executivo, "quase a mesma média do período autoritário". Ela sustenta, porém, que isso não significa que os deputados e senadores não apresentem projetos.

— Os parlamentares apresentam até 2 mil projetos por ano, contra pouco mais de 100 do Executivo. Mas 80% dos projetos de congressistas acabam rejeitados.

As explicações, segundo a cientista política, são muitas. Entre elas, a de que os projetos do Executivo chegam ao Congresso fundamentados por estudos técnicos, o que facilita sua tramitação. Além disso, antes de serem enviados são objeto de negociação com os parlamentares. Já os projetos do Legislativo raramente têm o mesmo cuidado técnico, diz ela.

Argelina Figueiredo diz também que não pode ser atribuída aos congressistas a péssima imagem dos políticos junto à população.

— Com as normas atuais, como a emissão de medidas provisórias pelo Executivo, não importa que o Congresso tenha 300 picaretas, como disse Lula. Mesmo se fossem todos anjos, ele funcionaria como hoje.